



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE  
ESCOLAR “ESCOLA QUE PROTEGE”**

**FABIANA FERREIRA DOS SANTOS LIMA**

**IQUIANE SANTOS PEREIRA DE JESUS**

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO  
ESCOLAR**

Ribeirópolis  
Janeiro de 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE  
ESCOLAR “ESCOLA QUE PROTEGE”**

**FABIANA FERREIRA DOS SANTOS LIMA  
IQUIANE SANTOS PEREIRA DE JESUS**

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO  
ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Especialização em direitos infanto-juvenis no ambiente escolar “Escola que protege”, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduado.

Orientadora: Maria Erica Santana de Souza

Ribeirópolis  
Janeiro de 2016

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
Objetivos geral e específico.....	6
Metodologia aplicada.....	6
<b>CAPÍTULO I</b> .....	8
Fundamentação teórica.....	8
<b>CAPÍTULO II</b> .....	12
2 Diagnóstico.....	12
2.1 Descrição do ambiente escolar.....	12
2.2 Tipos de violência encontrados.....	18
2.3 O papel da família e a educação.....	21
<b>CAPÍTULO III</b> .....	24
3 Plano de Intervenção.....	24
3.1 Quem seriam os envolvidos.....	25
3.2 Como as atividades seriam desenvolvidas.....	25
3.3 Preparação dos professores.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
APÊNDICE.....	30
Questionário para alunos.....	31
Questionário para professores.....	32
Fotografias.....	33

## **RESUMO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – apresentado ao curso de Especialização em direitos infanto-juvenis no ambiente escolar “Escola que protege”, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi desenvolvido na Escola Monoel Perciliano dos Santos, situada no Povoado Cruz das Graças, em Aparecida-SE, onde, através de entrevistas com o diretor, os professores e os alunos, diagnosticamos os tipos de violência percebidos naquele ambiente escolar e ajudamos, por sua vez, a traçar medidas estratégicas condizentes com a realidade do povoado. Pensando-se em um Plano de Intervenção que pudesse auxiliar a escola no enfrentamento à violência na instituição, propomos um ciclo de palestras com o apoio do corpo docente da escola, representantes do CRAS, um psicólogo e conselheiros tutelares do município, objetivando conscientizar alunos, pais, professores e, de modo geral, toda comunidade escolar sobre sinais e prevenção da violência, bem como encaminhando alguns casos específicos aos órgãos competentes.

**Palavras-chave:** Violência; Escola; Intervenção.

## INTRODUÇÃO

A violência não é um fenômeno novo e, por sua vez, cresce com frequência em todos os domínios da vida social. Além de ser amplamente divulgada, aparecendo com bastante ênfase nos meios de comunicação, vem se tornando uma das maiores preocupações da sociedade. De modo geral, o problema da violência, em especial contra crianças e adolescentes, vem aumentando gradativamente, sobretudo nas escolas, e, mais especificamente, na Escola Municipal Manoel Perciliano dos Santos, onde se concentra nosso campo de pesquisa. Como se trata do ambiente de trabalho de uma das pesquisadoras, a convivência com a realidade nos possibilitou notar e vivenciar a preocupação do corpo docente com a falta de respeito por parte dos alunos. Vale ressaltar que, como residente desta comunidade e profissional da instituição, o ambiente já era bastante conhecido antes mesmo de aprofundarmos nossa pesquisa. Nesse sentido, decidimos investigar os tipos de violência que cercam a vida de crianças e adolescentes da referida escola, bem como tentar ajudar a instituição a elaborar medidas de proteção e buscar alternativas condizentes com a realidade da comunidade escolar.

Normalmente, esta temática suscita muitas inquietações, por carregar valores e crenças variados, assim, procuramos aprofundar os conhecimentos em torno desse assunto, com o intuito de conhecer como a escola se organiza e enfrenta essa problemática tão peculiar na atualidade, a fim de ajudarmos a encontrar soluções. Para tanto, investigaremos três pontos norteadores: os tipos de violência encontrados na escola estudada; o papel da família na educação de crianças e adolescentes, e, por fim, como a escola e a família podem trabalhar em conjunto no que se refere à questão da violência.

Lembrando que a educação constitui significativamente um dos direitos humanos de fundamental importância para crianças e adolescentes, vale ressaltar a busca por uma educação pautada na relação do aluno com o meio e na aceitação da diversidade, de modo que se construa uma educação voltada aos direitos humanos com mais diálogo, mais participação e, sobretudo, valorização das particularidades de cada aluno. O professor deve apropriar-se do seu papel para dar exemplo e ser mediador no processo de ensino-aprendizagem com abordagens que incentivem a tolerância e o respeito. Porém, infelizmente, muitos ainda não

têm consciência da influência que exercem diante de seus alunos. A escola, de modo geral, deve preparar os discentes para o futuro, promovendo uma cultura de paz, a partir de uma troca de saberes que se estabelece no ato de ensinar, haja vista que todo educador é também um aprendiz. Isso pode ser observado nas considerações de Costa, quando diz que, “Num tempo em que a sociedade reforça sentimentos de desconfiança, medo, intolerância e violência, promover uma cultura de paz é, ao contrário, apostar nas pessoas como boas promessas” (2014, p. 105).

Faz-se necessário, então, perceber e entender o contexto social em que vivem a criança ou o adolescente, pois muita bagagem de violência pode ser trazida para a sala de aula e expressada como uma reprodução da violência que se vive ou da reclusão e do isolamento por medo do sofrimento que já presenciam em casa.

### **Objetivo geral**

Pretende-se, com este trabalho, diagnosticar os tipos de violência recorrentes na Escola Municipal Manoel Perciliano dos Santos e ajudar a traçar medidas estratégicas para melhor enfrentar o problema da violência.

### **Objetivos Específicos**

- Promover um ciclo de palestras a fim de orientar pais, alunos, educadores e toda comunidade escolar;
- Esclarecer dúvidas e ampliar o conhecimento quanto à violência e aos órgãos que compõe a rede de proteção da criança e do adolescente;
- Buscar fortalecer os valores morais e estabelecer união entre a família e a escola;

Para tanto, aplicaremos um plano de intervenção com o apoio do corpo docente da escola, representantes do CRAS, um psicólogo e conselheiros tutelares do município, objetivando, com isso, conscientizar alunos, pais e professores e, de modo geral, a população do Povoado Cruz das Graças.

## **Metodologia aplicada**

Inicialmente, contatamos o diretor da escola e o informamos acerca do nosso trabalho acadêmico, apresentando nossos objetivos e a importância que este trabalho teria para nós e para a escola. Dados a permissão e o apoio por parte da instituição, partimos para a observação do cenário escolar (do qual tiramos fotografias), visualizando sua estrutura, o comportamento dos alunos e dos professores e como se dava a relação entre os envolvidos na comunidade escolar. Em diálogo com o diretor (sempre disposto a ajudar), colhemos dados de suma importância, os quais se referem ao comportamento dos alunos e à incidência de violência na escola. Em outro momento, contatamos os professores, apresentamos a eles os nossos objetivos e percebemos o envolvimento e o entusiasmo de todos os presentes, embora apenas três deles tenham tido disponibilidade de nos conceder a entrevista.

O procedimento utilizado para a coleta de dados foi a observação da relação professor-aluno e aluno-aluno, tanto em sala de aula quanto no momento de recreação. Foi aplicado um questionário (EM ANEXO), por meio de entrevista, a alunos e professores, embora poucos tenham participado dessa etapa. Contamos, no total, com a disposição do diretor da escola; de três professores que lecionam as respectivas disciplinas: Português, Geografia e História; e de oito alunos do 5º, 6º, 7º e 8º anos, com idades entre 10 e 15 anos de idade. Tratou-se de uma entrevista informal e oral, em que seguimos um roteiro de perguntas e anotamos o que nos chamava mais atenção na fala dos entrevistados. Chegamos a sugerir a gravação da entrevista, mas encontramos certo receio por parte dos participantes, então decidimos deixá-los à vontade possível.

É importante lembrar que mesmo os professores que não concederam a entrevista permitiram que entrássemos em sua sala de aula e abordássemos os alunos, explicando-lhes os objetivos do nosso trabalho e convidando-lhes a colaborar com a nossa pesquisa. A grande dificuldade foi conseguir alunos que se disponibilizassem a conversar conosco sobre o assunto, mesmo que de modo informal.

No que diz respeito à divisão do presente trabalho, ele se encontra dividido em três capítulos: no primeiro, abordamos o tema da violência na escola a partir de uma reflexão teórica, a fim de embasar nossa pesquisa e encontrar fundamento teórico necessário para aumentar o acervo de informações e conhecimentos sobre a complexa problemática da

violência no ambiente escolar; no segundo capítulo, por seu turno, apresentamos o diagnóstico, feito a partir da contextualização da escola-campo, seguindo com os tipos de violência encontrados e problematizando o papel da família na educação; por fim, no terceiro e último capítulo, apresentamos nosso Plano de Intervenção, no qual indicamos propostas de suma importância para o enfrentamento da violência no contexto da comunidade escolar participante desta investigação.

## CAPÍTULO I

### 1 Fundamentação teórica

Discutir a problemática da violência no âmbito escolar não é tarefa fácil, e isso devido à complexidade do tema e à sobrecarga de valores socioculturais diferenciados, no entanto, somos colocados diante de reflexões importantes, as quais são abordadas por renomados autores, a fim de embasar a nossa pesquisa.

Para Piaget (1994 *apud* BURIM), atitudes muitas vezes concebidas como imorais ou de desrespeito, como é o caso da violência escolar, podem ser decorrentes das interações da atualidade. O autor encontrou dois tipos de interações na sociedade: de coação e de cooperação, sendo que cada uma delas decorre de um tipo de formação moral. Nesse sentido as contribuições do autor nos dizem que:

[...] o desenvolvimento intelectual e moral só ocorre através da cooperação, pois dela derivam o respeito mútuo e a autonomia, enquanto a coação como um processo que supõe relação de subordinação, impede que exista uma reciprocidade de ações e sentimentos, impossibilitando à criança a construção das estruturas mentais operatórias necessárias à conquista da autonomia, imprescindível à formação e à consolidação do mundo democrático (Piaget, 1994, *apud* BURIM).

De acordo com o autor, podemos dizer que a cooperação/interação tem papel importante no desenvolvimento moral de crianças e adolescentes. Mas, observando a relação professor-aluno na escola campo, não encontramos essa interação, que, por sinal, deve ocorrer por mediação do professor através de propostas de trabalhos coletivos, favorecendo a troca de

ideias, bem como a tolerância e a afetividade, uma vez que, juntos, os alunos podem resolver as atividades, chegando a um consenso, respeitando a opinião dos outros e se beneficiando, assim, das relações sociais.

Pelo contrário, encontramos ações que se encaminham para um processo de subordinação em que o professor, figura do “detentor do saber”, transmite seu conhecimento de modo hierárquico, sem muita interação, desencadeando certo individualismo na relação aluno-aluno. Quando se fala em favorecer a autonomia, a intenção é favorecer a troca de ideias e não a imposição delas. Faz-se, pois, necessário voltar-se para aulas mais dinâmicas e motivacionais, que promovam interação, autonomia e senso crítico. Na perspectiva de Burim, o acesso à internet e às demais decorrências da globalização possibilita a construção de novas atitudes e novos valores compartilhados com muita rapidez e sem reflexão. E nossos alunos estão cada vez mais reféns dessas circunstâncias, o que incide diretamente na aprendizagem.

Partindo do pressuposto de Aquino (1998, *apud* SANTOS, 2014) acerca dos reflexos de ambientes exteriores que atingem a escola, estabelece-se que:

Em termos especificamente institucionais, a ação escolar seria marcada por uma espécie de “reprodução” difusa de efeitos oriundos de outros contextos institucionais molares (a política, a economia, a família, a mídia etc.), que se fariam refletir no interior das relações escolares. De um modo ou de outro, contudo, a escola e seus atores constitutivos, principalmente o professor, parecem tornar-se reféns de sobredeterminações que em muito lhes ultrapassam, restando-lhes apenas um misto de resignação, desconforto e, inevitavelmente, desincumbência perante os efeitos de violência no cotidiano prático, posto que a gênese do fenômeno e, por extensão, seu manejo teórico-metodológico residiriam fora, ou para além, dos muros escolares (Aquino, 1998, *apud* SANTOS 2014).

Nesse sentido, faz-se necessário entender a escola como receptora de valores socioculturais pré-estabelecidos através do seio familiar e social em que convive o aluno, ou seja, para além dos muros escolares. São valores enraizados no interior de cada um e que sofrem influências diretas e/ou indiretas, inclusive não podemos nos esquecer das contribuições do convívio escolar para a produção da violência que cerca esse ambiente. Cabe-nos entender que a escola tanto produz quanto reproduz a violência e que a ação de educar é responsabilidade de todos, independentemente de as raízes violentas estarem dentro ou fora da escola.

Abramovay (2014) aponta que a violência nas escolas advém de tempos remotos, mas foi se agravando, e o que antes era tratado como simples questão de indisciplina e

delinquência juvenil hoje é visto como um problema global. Segundo a autora, não existe um conceito próprio para a violência, pois varia de estabelecimento, de quem fala, da idade, do sexo e também de um país para outro; assim, a única coisa certa é que existem várias formas de violência e que todas merecem atenção. Ela também reitera o fato de que, para entender a violência escolar, é preciso levar em conta fatores externos e internos à escola, e aprender a lidar com as diferenças de cada um, dizendo que

O Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), por exemplo, entende que a questão da violência nas escolas deve ser tratada sob a perspectiva da garantia de direitos e da qualidade da educação. Isso significa que as escolas, assim como os serviços de saúde, a assistência social, os Conselhos Tutelares e outros mecanismos e instituições, são vistas como “agentes protetores” das crianças e dos adolescentes. Ou seja, têm um papel estratégico na defesa dos direitos dessa faixa etária. (ABRAMOVAY, 2014, p. 31).

Ainda para a autora, falar sobre os fatores externos e internos, ligados à violência no ambiente escolar, é bastante controverso e delicado, pois há certa tendência de se enfatizarem os fatores externos, diminuindo com isso a responsabilidade do sistema escolar, tanto na ocorrência do problema quanto no seu enfrentamento.

Ainda segundo Abramovay (2014, p. 29), “A escola, por excelência, é o local dedicado à educação e à socialização da criança e do adolescente, transformou-se em cenário de agressão, autoritarismo e desrespeito mútuo”. A imposição de regras a serem cumpridas pelos alunos, muitas vezes sob abuso de poder, provoca revolta e desencadeia ações de cunho violento. O diálogo ainda é a melhor forma de mediação e interação entre aluno e professor, sobretudo se for assunto do interesse dos jovens e se se fizer com que se sintam confortáveis com o tema, sendo, conseqüentemente, mais participativos e favorecendo a autoestima.

Abramovay (2014) cita também uma pesquisa realizada pela UNESCO, levando em conta a violência de maneira mais ampla e categorizando-a em três grupos: primeiro, a violência contra a pessoa, que pode ser expressa verbal ou fisicamente e que pode resultar em ameaças, brigas, violência sexual, discriminação, *bullyng* e uso de armas de fogo; segundo, a violência contra a propriedade, que são os furtos, roubos e assaltos; e terceiro, a violência contra o patrimônio, que são vandalismos e depredação das instalações escolares.

Ainda segundo a pesquisa realizada pela UNESCO (*apud* ABRAMOVAY, 2014), os alunos são os principais autores da violência nas escolas e principais vítimas também. Na investigação feita, os alunos afirmam que as causas para a violência escolar são a falta de concentração, o nervosismo e as revoltas, bem como a perda de vontade de estudar; já para os

professores, por sua vez, a justificativa está na falta de estímulo para o trabalho, no sentimento de revolta diante do desrespeito e na dificuldade de concentração nas aulas.

Diante desse panorama, pudemos observar que a escola-campo se enquadra em duas das categorias estabelecidas pela UNESCO, pois, no que foi constatado, o que mais notamos foi a violência verbal, como ameaças, brigas entre alunos, e entre alunos e professores, além do *bullying*, que também faz parte do cotidiano da escola. Também notamos o vandalismo, por parte dos alunos que, quando se irritam com professores ou colegas, acabam quebrando os objetos da escola, como carteiras, birôs, janelas de vidro e demais materiais utilizados nas aulas, inclusive rasgam os livros e picham paredes e portas.

Em se tratando de enfrentar a violência e sabendo que isso depende da união entre Estado e sociedade. SOUZA (2010, p. 21) fala de direitos humanos como antídoto para a violência, e “nesse sentido a diminuição ou contenção da violência deve ser feita mediante práticas de direitos humanos incorporadas nas políticas públicas”.

O autor ressalta também que o aumento de poder do Estado sobre a sociedade não dá resultados contra a violência, haja vista que, para a sua contenção, é preciso reconhecer e aplicar os direitos humanos, praticando e promovendo a cidadania numa busca constante de formação de valores.

## CAPÍTULO II

### 2 Diagnóstico

Nesta parte do nosso trabalho, observaremos as relações existentes entre o contexto escolar, familiar e individual, uma vez que a violência na escola é promovida muitas vezes pela falta de educação doméstica, pelo despreparo da instituição escolar e do professor, bem como da insubordinação do aluno às figuras de autoridade.

#### 2.1 Contextualização do ambiente escolar

A Escola Municipal Manoel Perciliano dos Santos, localizada no Povoado Cruz das Graças, município de Nossa Senhora Aparecida-SE, atende 182 alunos com perfil socioeconômico que se insere na classe média-baixa, uma vez que a economia do povoado centra-se basicamente na agricultura e na pecuária, logo, a maioria dos pais dos alunos são trabalhadores rurais e, muitos deles, não alfabetizados.

Reformada recentemente, a escola possui novas instalações e é composta por 06 salas de aula, 01 espaço para recreação, 01 quadra de esportes, 01 pátio e uma área muito ampla e espaçosa. Tem um quadro completo de professores (10), apesar de alguns lecionarem aulas que não são de suas áreas de atuação para completarem a carga horária. A instituição possui também merenda escolar com variedade, servida nos períodos da manhã e da tarde (horário de funcionamento da escola).

A escola participa do projeto *Mais Educação*, oferecido pela prefeitura do município, que traz uma variedade de atividades: acompanhamento pedagógico, capoeira, pintura, futebol e futsal. Existe ainda o Plano Político Pedagógico, do qual todos têm conhecimento, mas não há uma cópia na escola, visto que ela fica na Secretaria Municipal localizada na sede do município.

A sala onde funcionava a biblioteca teve que ser cedida para ensino, porque esse ano uma das séries passou do número limite de alunos, sendo, pois, necessário dividir a turma.

Assim, não havendo outra sala disponível, a biblioteca teve que dividir espaço com a sala de informática.

Segundo o Regimento Escolar, há a possibilidade de acesso ofertado a crianças, jovens e adultos, sendo que o atendimento vai da pré-escola ao 9º ano e acolhe alunos dos povoados vizinhos. A gestão escolar é composta por diretor, secretário, coordenação de ensino e conselho escolar. Os professores têm uma cópia do documento, respeitam e cumprem o Regimento e o Conselho Escolar, participam da elaboração de propostas pedagógicas, cumprem com os horários e participam anualmente do Plano Político Pedagógico.

Os alunos, por sua vez, nem sempre cumprem as normas do Regimento, pois não são tão pontuais às aulas, faltam com respeito aos professores, não zelam pelo estabelecimento de ensino, ausentam-se das aulas sem autorização e, por vezes, não se vestem de acordo com o que impõe o Regimento da escola (o fardamento). As regras estabelecidas para os alunos não são cumpridas de acordo com o que é estipulado, porque falta porteiro na escola e o diretor sozinho não tem como controlar a entrada e a saída dos alunos. As penalidades por falta de cumprimento das normas são: advertências e comunicados aos pais, suspensão e, em casos piores, expulsão com direito à guia de transferência.

Observamos ainda diferenças socioeconômicas de condições de moradia e estrutura familiar; notamos alunos com dificuldades de acesso à escola e pais cujo nível de escolaridade é baixo; há também muitos casos de pais não alfabetizados e casos em que a família vive em média apenas com um salário mínimo. Foi possível perceber, também, que os pais não têm informação sobre a cultura existente na comunidade, compreendendo (erroneamente) que apenas a escola é o meio de adquirir conhecimento e contato com a diversidade cultural e social, pois, para muitas dessas famílias, cultura é algo desnecessário no seu meio, e isso acaba influenciando a falta de rendimento de alguns alunos.

Diante desse contexto, a falta de interesse dos pais pela cultura local e pela transmissão dela, jogando a responsabilidade apenas para a escola leva-nos a pensar que reflete no comportamento e na falta de interesse pelos estudos, por parte de alguns alunos que muitas vezes vão à escola para não perderem o benefício do programa Bolsa Família (programa do Governo Federal que exige frequência escolar). Todo esse desinteresse na educação, a falta de conhecimento, transmissão de responsabilidades e etc. acaba muitas vezes, ampliando a existência do analfabetismo funcional, em que muitos alunos são incapazes de compreender textos simples, embora sejam tecnicamente “alfabetizados”.

Mediante o diagnóstico feito, vemos que, nas práticas educativas, o que mais preocupa é a falta de respeito para com os professores. O tipo de violência mais encontrada na escola é a verbal, há presença de *bullying* que, apesar de ser muito frequente, não deve ser considerado algo natural, e algumas ameaças de agressões físicas. Há um vocabulário muito inadequado entre alunos e também direcionado aos professores. Alguns alunos chegam a usar álcool e cigarro na quadra de esporte da escola, o que preocupa, porque pode ser uma porta de entrada para outras drogas ilícitas e mais pesada. Neste caso, especificamente, trata-se de alunos que não conseguem diferenciar os horários de aula e os de recreação, querendo passar a maior parte do tempo na quadra e esquecendo-se até mesmo das aulas e, quando os professores não admitem e lhes chamam a atenção, esses alunos partem para a agressão verbal, sendo esse o maior problema na relação entre professor e aluno.

O Calendário é elaborado antes do início das aulas, para prever os dias letivos. O plano de ensino é elaborado anualmente pelo conjunto de professores, direção e coordenação de ensino, e é aprovado pelo Conselho Escolar, que é atuante e do qual participam alunos, pais e funcionários da unidade de ensino. Depois disso, feito o plano coletivo, é elaborado o plano anual individual de cada professor. O Projeto Pedagógico da escola, seu acompanhamento e sua avaliação anual constam de um relatório em que se evidenciam os objetivos pretendidos e as metas alcançadas e que tem como fundamento os princípios da educação e a orientação de todas as atividades escolares de acordo com o plano anual escolar. O currículo escolar, por sua vez, está atualizado e compreende a soma de todas as experiências vivenciadas pelos alunos; em sua organização, são observados aspectos como conteúdo programático, metodologia, rendimento escolar e carga horária, e consta no Projeto Pedagógico da escola.

Nesse sentido, no que diz respeito a uma educação de qualidade, vale lembrar o documento apresentado pela UNESCO (2007), que nos chama a atenção para sete dimensões nele apresentadas:

- 1- Ambiente educativo, que se refere ao respeito, à alegria, à amizade e solidariedade, à disciplina, ao combate à discriminação e ao exercício de direitos e deveres;
- 2- Prática pedagógica e avaliação que reflete coletivamente sobre a proposta pedagógica da escola;
- 3- Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita que se refere à prática de garantir que todos os alunos aprendam;

- 4- Gestão escolar democrática, que ressalta a participação nas decisões, a preocupação com a qualidade, com a relação custo-benefício e com a transparência;
- 5- Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, que discute sobre os processos de formação dos professores, sobre a competência, assiduidade e estabilidade da equipe escolar;
- 6- Ambiente físico escolar, que enfatiza o bom aproveitamento dos recursos existentes na escola, a disponibilidade e a qualidade desses recursos e a organização dos espaços escolares;
- 7- Acesso e permanência dos alunos na escola, que evidencia a preocupação com os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem.

Isso é trazido à baila para reforçar a aplicação dos Indicadores e seus objetivos, como expomos abaixo:

Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar a avaliar e melhorar a qualidade da escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade conforme seus próprios critérios e prioridades. (Indicadores de Qualidade na Educação, 2007, p. 5).

De acordo com o Regimento Escolar, a escola segue normas educacionais de qualidade, resta-lhe apenas mais equilíbrio no que se refere ao comportamento dos alunos, pois as normas constatadas no Regimento são de boas condições educacionais e seguem um roteiro adequado de ensino. No entanto, infelizmente, há certa contradição entre o encontrado no documento e o constatado na realidade da escola, embora seja considerada uma boa instituição, se comparada a outras da zona rural, mas ainda deixa a desejar em alguns quesitos, entre eles, a falta de funcionários, a participação dos pais e a motivação para alunos e professores e até mesmo para direção.

Tomando como ponto de partida, mais uma vez, os Indicadores, trazemos, a respeito da qualidade do ensino, que

quem pode definir bem e dar vida às orientações gerais sobre qualidade na escola, de acordo com os contextos socioculturais locais, é a própria comunidade escolar. Não existe um padrão ou uma receita única para uma escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente (Indicadores de Qualidade na Educação, 2007, p. 5).

Com base no documento apresentado pela UNESCO (2007), para uma escola ser avaliada e diagnosticada como uma escola de qualidade, devem ser analisados vários fatores, inclusive o contexto social em que ela está inserida. Desse modo, uma escola que pode ser considerada de qualidade em uma comunidade pode não ter o mesmo parecer em outra.

À luz do ECA, podemos refletir não só sobre o que diz respeito à violência dos alunos na escola, mas também sobre um conjunto de direitos que envolve crianças e adolescentes. Para garantir-lhes a promoção desses direitos, conta-se com a atuação de uma rede de proteção com a qual a escola deve estar articulada. A integração da escola com essas redes contribui para o fortalecimento e para a ampliação das ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. E, para que essa integração de fato aconteça, é preciso que os profissionais que atuam nas escolas (gestores, professores, etc.) estejam preparados para o reconhecimento, a prevenção e o enfrentamento das diferentes situações de violência a que está exposta a população infanto-juvenil daquele ambiente escolar. É preciso tomar conhecimento da complexidade das violências enfrentadas pelas crianças e pelos adolescentes e refletir sobre isso, tanto dentro da escola como também fora dela, observando, principalmente, a diversidade de suas formas, muitas vezes invisíveis e/ou naturalizadas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), datado de 1990, é fruto de uma intensa mobilização social e de debates no Congresso Nacional, que normatiza o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Foi criado para proteger e garantir os direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, à educação, ao lazer, à cultura e etc., entretanto, ainda enfrentamos uma longa trajetória de violações e desrespeito à população infanto-juvenil. Sem dúvida, o estatuto representa um marco da proteção integral da população entre zero e dezoito anos e é efetivamente uma grande conquista, mas, para que ele seja de fato colocado em prática, é necessário que seja abraçado e compreendido pela sociedade. Para isso, precisa-se de iniciativas, como ações pedagógicas que auxiliem na compreensão de seus direitos.

Quando se trata de educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e estabelece que é dever do poder público oferecê-lo e dos pais ou responsáveis matricular seus filhos na escola, que, por sua vez, deve ser pública, gratuita e próxima da residência da criança ou do adolescente. Mas, não basta abrir vagas, a lei determina que é preciso garantir também o acesso, a permanência e a qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Desde 2007, a lei nº 11.525 torna obrigatório o conteúdo sobre direitos da criança e do adolescente no Ensino Fundamental. O objetivo é fazer com que tenham conhecimento sobre quais seus direitos, fortalecendo a cidadania e o papel de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos na nossa sociedade. Porém, infelizmente, isso ainda não é uma realidade nas salas de aula brasileiras.

Vale ressaltar que o ECA descende da Doutrina da situação irregular, vigente no Brasil até meados de 1988, e que, por seu turno, se baseava no antigo Código de Menores (Lei 6697/79), que admitia situações absurdas de punição à criança e ao adolescente. Nesse período, a família e a escola começaram a excluí-los da sociedade, com rígidos controles disciplinares. Este foi um período marcado por violências e injustiças, principalmente contra crianças e adolescentes de maior vulnerabilidade sócio-econômica. Promoveu-se uma postura extremamente opressiva à população infanto-juvenil, que passou a ser objeto de vigilância, disciplinamento e controle, causando-lhe repudiáveis transtornos de opressão e traumas psicológicos.

Nesse sentido, a Doutrina da situação irregular era baseada na ideia de que cabia ao Estado cuidar desses menores que se encontravam em situações irregulares. O termo “menor” tinha valor pejorativo, e os chamados menores infratores, trombadinhas, delinquentes entre outros eram afastados da sociedade, e de forma desordenada eram encaminhados a estabelecimentos como a FEBEM, desrespeitando a dignidade humana, mais precisamente de crianças e adolescentes. Fica estabelecido, por conseguinte, pelo ECA, no Artigo 15 (p. 3), que “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”.

Antes do ECA, vítimas e infratores eram tratados igualmente. Mas, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, estes sujeitos passam a ser tratados como sujeitos de direitos e a chamar-se, quando necessário, de “autor de ato infracional”, e os termos PROTEÇÃO e PREVENÇÃO passaram a ser evidenciados. Nesse sentido, os artigos 70 e 98 do ECA, respectivamente, estabelecem que:

Art.70- É dever de todos prevenirem a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 98- As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta (ECA, p. 13; 20).

Questionados sobre o que a escola faz para evitar a violência, alguns professores disseram que pouco se pode fazer, mas, dentro do possível, tentam alertar para os prejuízos trazidos pela violência e mediam as relações de brigas e desavenças dentro da escola, como se nota nos seguintes trechos de entrevistas: “(...) é difícil lidar com certas situações, muitas vezes não sabemos nem como agir” (Professor1 leciona História no 9º Ano). “A gente até tenta melhorar as relações de convivência, mas falta incentivo e preparo... não me sinto preparado para intervir em certos casos” (Professor3 leciona Geografia no 8º Ano).

De acordo com os alunos entrevistados, a violência no ambiente escolar faz com que se sintam desmotivados e não se concentrem nos estudos, relataram ainda que presenciar brigas na escola é tão comum que, por vezes, preferem ficar em casa. Atos de vandalismo na escola não são resolvidos, porque entre eles vigora a lei do silêncio, lei pela qual os alunos não denunciam uns aos outros, o que se caracteriza como extensão da violência, pois muitos são ameaçados para não contarem o que viram.

## 2.2 Tipos de violência encontrados

Na Escola Municipal Manoel Perciliano dos Santos, cenário de nossa pesquisa, colhemos dados por meio de entrevista informal com relação à violência no ambiente escolar, objetivando, com isso, identificarmos o fenômeno da violência nessa escola. Os participantes desta pesquisa foram: diretor da escola (1); professores (3); e alunos (8).

Quando questionados sobre os tipos de violência mais frequentes na escola, seus representantes (diretor e professores) apontaram o *bullying* e as agressões verbais como sendo as principais e mais preocupantes formas de violência percebidas na unidade de ensino. Constatamos também que há depredação de móveis e do ambiente físico da escola: carteiras e paredes pichadas e alguns birôs quebrados pelos próprios alunos. Um painel da violência é encontrado nas seguintes falas:

O *bullying* e brigas por motivos fúteis são resultado da falta de educação familiar, violência, falta de apoio da família que joga toda responsabilidade para a escola (Diretor da escola).

A falta de respeito com professores e colegas acaba se encaminhando para violência verbal diariamente (Professor2 leciona Português no 6º Ano).

Não é preciso muito tempo para percebermos a presença do *bullying* entre os alunos nas rodinhas de conversa, na hora do recreio, nos intervalos e até mesmo em sala de aula. São apelidos pejorativos, muitas vezes referentes à aparência física, e que agredem a vítima, que, frequentemente, retribui com mais apelidos e xingamentos.

As violências verbal e psicológica andam lado a lado, são cada vez mais frequentes e tão prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente quanto a violência física. O uso de palavras ofensivas ou pejorativas para agredir o outro é constante entre os jovens e atinge todas as classes sociais. Apesar de agir silenciosamente, por não apresentar hematomas, esse tipo de violência tem a capacidade de interferir diretamente no interior da vítima, sem deixar vestígios visíveis, levando-as muitas vezes a problemas psicológicos, como a tão conhecida depressão.

Nesse contexto, Leopoldo (2014) nos diz que:

Importa reconhecer o bullying como uma manifestação de violência que, considerando os atores envolvidos e a repercussão que causa nas interações pessoais e comunitárias, precisa ser enfrentado sem recorrer a mera estratégia punitiva ou mesmo sem “dourar a pílula”, isto é, relegando-o a algo de menor importância e que ocorre normalmente em toda escola (p. 97).

Em diálogo com os professores, percebemos que eles, na maioria das vezes apontam o meio familiar como principal causa da violência, como está exposto na seguinte fala: “O meio familiar vive em decadência e o convívio com a violência em casa reflete na escola” (Professor1 leciona História no 9º Ano).

No que se refere às consequências da violência para a escola, por sua vez, os entrevistados informaram que:

O abandono escolar é inevitável, começando por falta nas aulas até o ponto de desistência... (Professor1 leciona História no 9º Ano).  
Infelizmente muitos alunos chegam aqui desestimulados... fazemos o possível para elaborar aulas dinâmicas e atrativas... (Professor2 leciona Português no 6º Ano).  
... mas o interesse é pouco, se conta a dedo o aluno que vem para a escola no intuito de estudar (Professor3 leciona Geografia no 8º Ano).

Percebemos, por parte dos professores, certa vitimização, na tentativa de se esquivarem das responsabilidades enquanto educadores e integrantes de uma das redes de proteção da criança e do adolescente que é a escola. Na verdade, nota-se que os professores não estão preparados para detectar e enfrentar o problema da violência na escola.

Encontrar um conceito que defina de fato o que é violência não é tarefa fácil, devido à sua complexidade e aos vários tipos vistos e discutidos na sociedade. Porém, vale ressaltar o que nos apresenta o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (2009), no qual a violência é significada como “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. Mediante a relevância dessa definição para a nossa pesquisa, pudemos perceber que, sob a ótica dos alunos entrevistados, o conceito de violência se molda de modo distinto, como é observável nos trechos abaixo:

Violência é o que mais se vê por aqui... todo dia tem uma briguinha, um apelidando o outro... (aluno5, 12 anos, 6º Ano).

... É quando um aluno grita com professor ou com um amigo (aluno2, 12 anos, 6º Ano).

Violência não é só física, às vezes é psicológica (aluno3, 14 anos, 8º Ano).

... Quando os meninos ficam lá na quadra e dizem palavrão com a gente é violência também (aluno4, 15 anos, 8º Ano).

Na verdade, violência é quando alguém age de forma brutal, ignorante, ou agressiva (aluno6, 14 anos, 7º Ano).

Ao serem questionados sobre a segurança na escola, os alunos reivindicaram a falta de um profissional que, para eles, é muito importante, uma vez que muitos alunos se sentem inseguros nas instalações da escola:

A falta de porteiro me deixa insegura... (aluno7, 10 anos, 5º Ano).

O muro da quadra é baixo e muitos pulam... é perigoso (aluno8, 11 anos, 5º Ano).

Quando tinha porteiro, era melhor porque ele vigiava a escola (aluno2, 12 anos, 7º Ano).

No decorrer da nossa investigação, pudemos perceber e por vezes presenciar várias agressões verbais e algumas ameaças de agressões físicas. Há muita falta de respeito por parte dos alunos entre eles mesmos e para com os professores. Uma das atitudes que presenciamos foi um aluno questionando a nota da prova ao professor, querendo definir a nota que, segundo ele, merecia naquela prova: diante da explicação do professor para aquela determinada nota, o aluno partiu com xingamentos e palavrões que denegriam a imagem e a moral daquele profissional. Tal situação nos fez recordar alguns direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no Artigo 53 (p. 10), são eles: “Ser respeitado pelos educadores”; “Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores”; “Organizar-se e participar por meio de entidades estudantis”.

Sabemos que o ECA coíbe qualquer prática de violência contra crianças e adolescentes em todo e qualquer ambiente, garantindo-lhes direitos, inclusive na escola, “entretanto, não

permite em momento algum que os alunos faltem com respeito a seus educadores” (ECA, p. 48). O Estatuto aposta na participação ativa dos alunos dentro das escolas, dando-lhes vez e voz, mas não anula a fundamental importância dos professores em sua formação, nem tampouco o respeito que se deve ter para com eles.

O caso acima citado foi encaminhado à secretaria da escola, instância em que o diretor convocou os pais do aluno para comunicar-lhes o ocorrido. No dia seguinte, a mãe apareceu na escola com a versão contada pelo filho e, sem ao menos procurar saber de fato o que aconteceu, chegou dizendo que “a professora tirou o chinelo para bater no menino” (o que podemos afirmar que não aconteceu, porque presenciamos a cena), mas, mesmo após a conversa com o diretor e a professora, a mãe afirmou que o filho não mente e que a professora era quem estava errada.

Segundo relatos de alguns professores, o desrespeito é o que mais chama atenção na escola: “E não são somente os alunos não... os pais que pouco participam da vida escolar dos filhos também faltam com respeito à gente, principalmente quando tomam como verdade absoluta o que dizem os filhos em casa” (Professor<sup>2</sup> leciona Português no 6º Ano). Infelizmente, esse tipo de violência está cada vez mais banalizado e, muitas vezes, esses atos não são encarados como violentos. A falta de conhecimento, atrelado à incompreensão e inconsciência dos menores e até mesmo de alguns adultos, muitas vezes leva a confundirem os direitos propostos por lei, de modo a criar a falsa ideia de que a lei apenas protege sem nenhuma restrição ou atribuição de deveres.

Nossa pesquisa permite dizer que, na escola Manoel Perciliano dos Santos, trabalhar com o diálogo é complicado e desafiador, pois alunos não se mostram interessados e professores já não se esforçam mais para motivar os educandos; os alunos dizem com frequência que estão na escola só porque são obrigados pelos pais, e os professores, ao ouvirem isso, ficam decepcionados e desmotivados a organizar aulas dinâmicas e criativas, o que afeta diretamente o progresso no ensino-aprendizagem.

### **2.3 O papel da família na educação**

No decorrer das entrevistas, constatamos que o mais apontado pelos professores como uma das causas da violência na escola é a família, pois é neste meio que as crianças e os

jovens adquirem as bases de sua formação como cidadãos, de modo que a violência doméstica, o alcoolismo, o uso de drogas, a separação dos pais, etc., ou seja, os maus exemplos e a desestrutura no ambiente familiar acabam encaminhando crianças e adolescentes para o mundo da violência e desencadeando esse intenso descontrole que presenciamos na atualidade.

Normalmente, os indivíduos que vivem esses problemas familiares são sujeitos e/ou alvos de violência. Contudo, percebemos que as escolas também têm sua parcela de culpa em meio a tantos problemas, pois muitas vezes não estão preparadas para lidar com a complexidade da violência e tentam resolver problemas para os quais não estão aptas ou que não são da sua competência, a fim de agradar os pais e/ou para não perder alunos, assim, muitas vezes, não denunciam alguns pequenos casos tidos como banais a autoridades competentes.

A negligência diante da violência no âmbito familiar contra crianças de menor idade ainda é um fator culturalmente “jogado para debaixo do tapete”. Trata-se de agressões menos visíveis ou talvez acobertadas pela sociedade, mas que também estão frequentes e, sem ao menos percebermos, isso vai afetando e ocupando espaço diante de tantas outras violências. O conhecimento torna visível algumas características desse tipo de violência que são atos normalmente ocorridos no próprio ambiente familiar e em situações do nosso cotidiano. Os agressores, na maioria das vezes, são os pais ou responsáveis, que, movidos pelo autoritarismo e pelo sentido de dominação e disciplina, não se enxergam como agressores, sentindo-se, portanto, no direito de castigar e até espancar violentamente seres indefesos; estes, por sua vez, carregam a marca da violência, muitas vezes invisível e causadora de traumas psicológicos.

Apesar de a lei garantir-lhes os direitos e de o Conselho Tutelar, através de denúncias, tomarem as devidas providências com relação a abandono, maus tratos, trabalho infantil, exercício abusivo de autoridade por parte dos pais e etc., ainda é notória a falta de uma efetiva rede de proteção que coloque realmente em prática aquilo que está no papel. Foram muitos os avanços até os dias atuais, mas muita coisa ainda precisa melhorar, o que não depende somente dos órgãos públicos, mas de toda sociedade, pois algumas atitudes vistas como formas de disciplina precisam ser encaradas como atos violentos.

Ao observar a questão da violência e seus reflexos na educação, percebemos que ela é responsável, em parte, pela evasão escolar, pelo baixo rendimento e pela desmotivação dos

alunos, enfim, pelo medo e pela insegurança que acometem a maioria das escolas. Nesse sentido, não há distinção entre aquelas situadas em um pequeno povoado e escolas de uma grande metrópole. A violência é, ao mesmo tempo, causa e consequência de inúmeros problemas sociais e, como num círculo vicioso, se perpetua, refletindo e ao mesmo tempo sendo reflexo no ambiente familiar e escolar. Sendo assim, a educação em ambos os contextos deve estar voltada para a formação de um bom cidadão, buscando a valorização dos direitos humanos e promovendo o respeito mútuo, bem como a mobilização social entre os interessados: pais, alunos, professores, funcionários e toda comunidade.

É importante lembrar, pois, que muitos pais impõem à escola, a diretores e profissionais do ensino a missão de educar seus filhos, enquanto se esquivam de seu papel de primeiros educadores, com quem a criança e o adolescente têm contato a maior parte de sua vida. Em resumo, a responsabilidade da educação é também dever da escola, mas não apenas dela.

## CAPÍTULO III

### 3 Plano de Intervenção

A partir de reflexões teóricas acerca da violência e após o desenvolvimento do diagnóstico, partimos para a nossa proposta de intervenção, em que o principal objetivo é contribuir para a operacionalização do processo de enfrentamento da violência na escola, ou seja, ir a campo e transformar ideia em ação.

Nossa proposta constitui-se, em primeiro plano, basicamente, de levar conhecimento e aproximar toda comunidade escolar, haja vista a distância existente entre os interessados em combater a violência: os pais, os professores e a direção. Isso deve ser efetivado e estimulado, na medida em que os pais pouco participam da vida escolar dos filhos (muitos só aparecem na escola no período de matrícula), objetivamos, assim, propiciar momentos de interação entre família e escola, de forma dinâmica e atrativa, para instigar nos pais a vontade de serem mais participativos na vida escolar dos filhos.

Esse debate, através do ciclo de palestras, tem sua relevância pautada em promover o diálogo, a participação e o conhecimento diante de um tema tão complexo e ao mesmo tempo tão vivenciado por todos. Os problemas relacionados à violência encontrados na escola estão diretamente ligados à falta de respeito dos alunos atrelado à falta de conhecimento e de preparo dos professores que lidam direta e diariamente com situações de violência em sua mais variada forma e gravidade. Nesse sentido, diante da aplicação da nossa proposta, espera-se que essas palestras transformem esse ambiente conflituoso e ao mesmo tempo retraído que é a Escola Manoel Perciliano dos Santos em um ambiente de paz, ativo e participativo, que sobretudo valorize os seus alunos e os profissionais que a compõem.

Por conseguinte, o presente Plano de Intervenção teria a sua execução baseada no desenvolvimento de dois eixos principais: o primeiro, objetivando levar conhecimento a toda a comunidade escolar; e o segundo, que se trata de uma proposta de encontros formadores de reflexão para os professores.

### **3.1 Quem seriam os envolvidos**

Os sujeitos desta ação são, portanto, os alunos e sua família (pais ou responsáveis), os professores, a equipe técnica e a direção da escola, bem como equipes que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente do município: o Conselho Tutelar, o CRAS (Assistente Social), a Secretaria Municipal de Saúde (Psicólogo), bem como a Secretaria Municipal de Educação e a Polícia Militar.

### **3.2 Como as atividades seriam desenvolvidas**

O ciclo de palestras seria desenvolvido no pátio da escola em duas tardes de sábado e/ou podendo se repetir de acordo com a necessidade da instituição. Assim, um representante de cada órgão, bem como um representante dos pais e um dos alunos comporia uma mesa, e, diante de todos, cada integrante falaria de suas atribuições, lembrando sempre que a violência na escola tem manifestações que se relacionam tanto com fatores internos quanto externos ao ambiente escolar e que precisa ser analisada observando o contexto social, cultural e histórico em que vive cada criança e adolescente. Os temas debatidos estariam sempre associados à realidade daquela comunidade escolar, especificamente podendo trazer exemplos de fora, dependendo da necessidade de comparação. Trabalhariam, então, em conjunto, visando a uma melhor maneira de abordar os temas, esclarecendo também as dúvidas frequentes e conscientizando cada um quanto ao seu papel na busca de uma educação de qualidade e um ambiente promissor e pacífico.

Nessa perspectiva, cada órgão iria debater as seguintes questões:

- Quem são?
- O que fazem?
- Quando e por quem devem ser procurados?
- Os casos mais encontrados no município;
- Os casos apontados pela escola;
- A importância de dialogar sobre o tema;

- Como identificar pistas da violência;
- A importância da união entre família e escola.

Tomando esse direcionamento, são aceitáveis todos e quaisquer assuntos que possam surgir nessa comunicação e que sejam propostos por quem quer que seja o integrante da comunidade escolar. Com a pretensão de fortalecer os laços familiares e a boa convivência em sociedade, estabelecendo segurança na escola e o interesse por parte dos alunos em permanecer nela, essas questões suscitariam um diálogo esclarecedor, em que os pais tomariam consciência dos seus deveres quanto à educação dos filhos e sua importância enquanto cidadãos que promovem a tolerância, a solidariedade e o bem comum.

Havendo a necessidade, os casos de violência identificados na escola seriam encaminhados aos órgãos competentes, a fim de ajudar a estabelecer coerência entre o que se fala e o que se faz, uma vez que é preciso coibir a incidência de atos violentos. A escola poderia acolher o profissional solicitado, para que ele atendesse na própria instituição, e/ou caso haja necessidade de locomoção até a sede do município, a secretaria de Educação se comprometeria em manter o transporte.

### **3.3 Preparação dos professores**

Constatada a dificuldade dos docentes em enfrentar de forma significativa e eficiente a violência na escola, sugerimos, ainda na perspectiva de promover uma mudança dessa realidade, uma espécie de formação continuada para os profissionais da Escola Manoel Perciliano dos Santos que, em parceria com as demais redes de proteção à criança e ao adolescente, estabeleceriam momentos de reflexão e desenvolveriam atividades específicas de prevenção, detecção e enfrentamento da violência nos mais variados contextos sociais, principalmente o escolar, que é o foco da nossa pesquisa. Nesse sentido, o assistente social e o psicólogo agiriam como agentes formadores, coordenando encontros que aconteceriam uma vez por mês, aos sábados à tarde.

Para esses momentos de reflexão, vale considerar a sugestão de uma autoavaliação, para que repensem suas práticas e se enxerguem como mediadores no processo de socialização da comunidade em que atuam, comprometendo-se, para tanto, em fortalecer os

laços com a comunidade escolar a partir de um trabalho sistematizado, promissor e embasado em situações cotidianas da realidade de seus discentes.

No que se refere ainda ao corpo docente, pode-se, também, propor e mediar uma reflexão coletiva, a fim de torná-los capazes de discutir o tema, dando liberdade para que apontem seus próprios questionamentos e suas dificuldades. Assim, seriam trabalhados os tipos de violências encontradas e mais algumas suscitadas pelo debate e que fazem parte da realidade deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos revisados sobre a problemática da violência e da proposta do nosso Plano de Intervenção na Escola Manoel Perciliano dos Santos, fica claro que não há método específico e eficaz para diminuir a violência na sociedade, tampouco na escola. No entanto, nota-se a necessidade de uma parceria entre pais, professores, alunos, equipes diretivas e toda comunidade escolar, inclusive com os órgãos de direitos, para que se reconheçam as próprias falhas e saibam o quanto podem estar prejudicando a si próprios, visto que, se a violência é fruto da sociedade e ela própria sofre a sua consequência, nada mais justo que a busca de uma cultura de paz e tolerância e que esse seja o objetivo principal dessa mesma sociedade.

Sem essa parceria, enfrentar a violência se torna ainda mais difícil ou mesmo impossível, o que compromete o ensino-aprendizagem. É preciso conhecer e observar o contexto social em que vivem tanto a vítima quanto o agressor, pois a bagagem cultural que carrega cada indivíduo adentra a escola e, pode-se dizer, influencia direta e/ou indiretamente no comportamento dos envolvidos na comunidade escolar.

Segundo Hito (2012), é atribuído aos docentes um desafio adicional, já que, no atual contexto mundial, em que a falta de limites e a indisciplina nas escolas crescem cada vez mais, apenas transmitir conhecimentos já não é mais o suficiente para se trabalhar com os discentes, sendo preciso que o professor seja, antes de tudo, um educador que ame sua profissão e tenha prazer em ensinar e formar bons cidadãos, conscientes de que o ensino deve também centrar-se em respeito mútuo, solidariedade e formação de valores.

Portanto, atuar em parceria e com um mesmo objetivo, exercendo a autoridade cabível a cada um, favorece o bem comum e age de forma construtiva na vida dos discentes. É preciso focar, pois, na formação da personalidade e do caráter das crianças e adolescentes, a partir do bom relacionamento entre família, escola e sociedade, objetivando a difusão de valores, na medida em que esses sujeitos serão os adultos de amanhã.

Sabemos, por fim, que o tema aqui abordado não se esgota nessas páginas, e muita coisa ainda pode ser identificada e avaliada. Portanto, esperamos instigar novas investigações que envolvam a escola, a fim de que possamos estar sempre em processo de transmissão de conhecimento, colaborando para uma escola, uma comunidade e um Brasil mais tolerantes e mais justos em prol da formação de bons cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. *O bê-á-bá da intolerância e da discriminação*. In: Unicef. Disponível em: <[www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_02.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf)>. 15 ago. 2014.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente: um guia para jornalistas*. 2º ed. Brasília, DF: Rede ANDI Brasil, 2011.

BURIM, Luiz Antônio. *Violência escolar: discutindo com professores o enfrentamento à violência no cotidiano escolar*.

COSTA, Carla Patrícia Barbosa. *Diferença, Desigualdade e Diversidade na escola*. In. Curso de Extensão Educação em Direitos Humanos. 2014. p. 104-19.

HITO, Clarice Furini Cascardo. Limites: problemáticas na escola. In: *Rev. Traj. Muit.* Ed. Esp. XVI Fórum Internacional de Educação. Ano 3, N° 7. ISSN 2178-4485. Ago/2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (coordenadores). 3ª edição ampliada. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

ILVA, J. M. A. P.; SALLES, L. M. F. *A violência na escola*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, Editora UFPR, 2010. p. 217-232.

LEOPOLDO, Denise Leal Fontes Albano. *Bullying e mediação de conflitos*. In. Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no ambiente escolar – “Escola que Protege”. 2014. p. 97-102.

SOUZA, Luiz Antônio Francisco. *Sociologia da violência e do controle social: Violência poder e direitos humanos*. Acervo do IESD BRASIL. S.A, Curitiba, 2010.

SANTOS, Ozanara Moreira Honorio. *Violência no ambiente escolar*. 2014.

# APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO BASE PARA A ENTREVISTA COM OS ALUNOS

- Para você, o que é violência?
- Já presenciou ou viveu alguma violência na escola? Se sim, quem eram os envolvidos?
- Você se sente seguro na escola? Por quê?
- Os professores e ou outros adultos da escola, separam os alunos quando há situações de violência, de brigas e etc.?
- Em casa você vive ou presencia algum ato de violência?
- O que você acha que a escola poderia fazer para evitar a violência?
- E os alunos? O que poderiam fazer para melhorar a convivência?

## QUESTIONÁRIO BASE PARA A ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

- Para você o que é violência?
- Que tipo de violência você presencia na escola? Com que frequência ela acontece?
- Quais as consequências da violência na e/ou para escola?
- No momento, o que a escola faz para evitar a violência? E o que poderia fazer?
- Você se sente preparado para enfrentar a violência no ambiente escolar?



( Fachada principal e entrada da escola)



(Pátio coberto)



(Quadra de esporte)



(Banheiros: masculino/feminino e necessidades especiais)

